

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.433.401 - MG (2019/0021933-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : ROSELI SILVA ARAUJO
ADVOGADOS : LETICIA MARIA PULIS ATENIENSE - MG103585
JOAO BATISTA DE OLIVEIRA FILHO E OUTRO(S) - MG020180N
AGRAVADO : INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO MG
PROCURADORES : MAURICIO BARBOSA GONTIJO E OUTRO(S) - MG068471
GLADYS SOUZA DE REQUE - MG049689
MARCOS FERREIRA DE PADUA - MG067447N

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ROSELI SILVA ARAUJO contra a decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra o acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - LIQUIDAÇÃO DO JULGADO - 5 ANOS - SÚMULA 150 DO STF - APLICABILIDADE - TRANSCURSO DO PRAZO - PRESCRIÇÃO - OCORRÊNCIA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO - ARBITRAMENTO COM BASE NO VALOR DA CAUSA ATUALIZADO - ARTIGO 85, §4º, III, DO CPC - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. 1. Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o prazo prescricional a ser observado é o mesmo da demanda de conhecimento (Súmula 150/STF), sem interrupção ou suspensão, sendo inviável a alegação de demora na diligência para obtenção de fichas financeiras ou quaisquer documentos perante a Administração ou junto a terceiros, porque possível reputar os cálculos apresentados como verdadeiros. 2. Requerida a execução após o transcurso de 05 (cinco) anos do trânsito em julgado que reconheceu o direito na ação de conhecimento, há de ser declarada a prescrição. 3. Nos termos do artigo 85, §4º, III, do CPC, diante da ausência de condenação, os honorários devem ser fixados sobre o valor atualizado da causa, e não sobre o valor executado" (fl. 280, e-STJ).

No especial, a recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 1º do Decreto 20.910/1932; e 475-B, *caput* e § 1º, e 475-E do Código de Processo Civil de 1973, argumentando, em síntese, que o prazo prescricional deve fluir a partir da liquidação da sentença, e não da data do trânsito em julgado da decisão proferida no processo de conhecimento.

Apresentadas contrarrazões às fls. 329/332 (e-STJ).

O Presidente do tribunal de origem inadmitiu o recurso especial, dando ensejo à interposição do presente agravo.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Cuida-se, na origem, de embargos à execução opostos pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG visando a declaração da prescrição da pretensão executória em favor da Fazenda Pública, com base no art. 1º do Decreto 20.910/1932, visto que transcorrido mais de cinco anos entre o trânsito em julgado da decisão e o ajuizamento da ação de execução.

O Tribunal local manteve a sentença que reconheceu a ocorrência da prescrição ao argumento de que a demora na obtenção de fichas financeiras não tem o condão de interromper ou suspender o prazo para a propositura da ação executiva.

A matéria de fundo insere-se na competência das Turmas integrantes da Egrégia Primeira Seção, conforme disposto no art. 9º, § 1º, inciso X, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA FAZENDA PÚBLICA. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. NÃO OCORRÊNCIA. TEMA 880/STJ. MODULAÇÃO TEMPORAL.

1. Não há falar em violação do artigo 535 do CPC/1973, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia.

2. Acerca do prazo prescricional contra a Fazenda Pública, a Primeira Seção do STJ, no julgamento do Recurso Especial Repetitivo n. 1.336.026/PE, firmou jurisprudência no sentido de que a demora no fornecimento de documentação (fichas financeiras em poder da Administração Pública) não tem o condão de influenciar no prazo prescricional de execução de sentença contra a Fazenda Pública, incidindo o lapso prescricional, pelo prazo respectivo do processo de conhecimento, nos termos do que dispõe a Súmula 150/STF, cujo termo inicial é o trânsito em julgado da sentença.

3. Ocorre que, em sede de embargos de declaração, em continuidade ao julgamento do referido repetitivo, houve modulação dos efeitos do julgado, a fim de que 'o prazo prescricional de 5 anos para propositura da execução ou cumprimento de sentença conta-se a partir de 30/6/2017' (EDcl no REsp. 1.336.026/PE, Rel. Min. Og Fernandes, Primeira Seção, DJe 22/6/2018).

4. Assim, considerando que, na espécie, a execução ocorreu em data anterior, não há falar em prescrição da pretensão executória.

5. Agravo interno não provido" (AgInt no AREsp 1.394.762/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/11/2019, DJe 20/11/2019).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE 28,86%. EXECUÇÃO INDIVIDUAL EM AÇÃO COLETIVA. PRESCRIÇÃO. NÃO FORNECIMENTO DOS ELEMENTOS DE CÁLCULO. SUSPENSÃO OU INTERRUPTÃO DO PRAZO. MATÉRIA JULGADA SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS NO RESP 1.336.026/PE. INTERPRETAÇÃO DA MODULAÇÃO DE EFEITOS.

1. A parte embargante sustenta que a decisão embargada não observou os termos da modulação de efeitos declinados pela Primeira Seção do STJ no julgamento dos EDcl no REsp 1.336.026/PE (Rel. Ministro Og Fernandes, DJe 22.6.2018).

2. Trata-se, na origem, de Recurso Especial em Embargos à Execução Individual de Ação Coletiva em que se discute repercussão da demora no fornecimento de elementos de cálculo pelo executado na contagem do prazo prescricional da Execução.

3. Os efeitos da decisão lavrada sob o rito dos recursos repetitivos no retromencionado REsp 1.336.026/PE estipulou: 'Os efeitos decorrentes dos comandos contidos neste acórdão ficam modulados a partir de 30/6/2017, com fundamento no § 3º do art. 927 do CPC/2015. Resta firmado, com essa modulação, que, para as decisões transitadas em julgado até 17/3/2016 (quando ainda em vigor o CPC/1973) e que estejam dependendo, para ingressar com o pedido de cumprimento de sentença, do fornecimento pelo executado de documentos ou fichas financeiras (tenha tal providência sido deferida, ou não, pelo juiz ou esteja, ou não, completa a documentação), o prazo prescricional de 5 anos para propositura da execução ou cumprimento de sentença conta-se a partir de 30/6/2017'.

4. Com base em interpretação restritiva, entende a embargante que a modulação dos efeitos não se aplica àqueles casos em que, embora em alguma ocasião após o trânsito em julgado o cumprimento da sentença estivesse dependendo do fornecimento pelo executado de documentos ou fichas financeiras, a Ação de Execução já tenha sido ajuizada, como na presente hipótese.

5. Assim, segundo a parte embargante, para as circunstâncias em que não houve fornecimento de documentos para propositura da execução pelo executado, a modulação dos efeitos somente seria adotada quando não apresentado execução/cumprimento de sentença, independentemente se antes disso os elementos de cálculo não tiverem sido fornecidos pelo executado.

6. A modulação dos efeitos consignada pela Primeira Seção no julgamento do recurso representativo da controvérsia (REsp 1.336.026/PE, Rel. Ministro Og Fernandes) visou cobrir de segurança jurídica aqueles credores que dependiam, para o cumprimento da sentença, do fornecimento de elementos de cálculo pelo executado em

momento no qual a jurisprudência do próprio STJ amparava a tese de que, em situações como a exposta, o prazo prescricional da execução não corria.

7. Assim, tendo em vista o objetivo da modulação de efeitos proferida pela Primeira Seção no julgamento do REsp 1.336.026/PE, é irrelevante se a execução ou o pedido de cumprimento de sentença, transitada em julgado na vigência do CPC de 1973, foram apresentados antes de 30.6.2017.

8. No mesmo sentido do acima exposto foram julgados Embargos de Declaração idênticos ao presente: EDcl no REsp 1.724.957/SP, Segunda Turma, Rel. Ministro Herman Benjamin, sessão de 17.10.2018, DJe 19.11.2018; e EDcl no REsp 1.726.493/SP, Segunda Turma, Rel. Ministro Herman Benjamin, sessão de 17.10.2018, DJe 19.11.2018.

9. Embora isso não influencie no resultado da decisão embargada, os Embargos de Declaração são acolhidos para que os termos da modulação dos efeitos constem como os efetivamente estipulados no REsp 1.336.026/PE: 'Os efeitos decorrentes dos comandos contidos neste acórdão ficam modulados a partir de 30/6/2017, com fundamento no § 3º do art. 927 do CPC/2015. Resta firmado, com essa modulação, que, para as decisões transitadas em julgado até 17/3/2016 (quando ainda em vigor o CPC/1973) e que estejam dependendo, para ingressar com o pedido de cumprimento de sentença, do fornecimento pelo executado de documentos ou fichas financeiras (tenha tal providência sido deferida, ou não, pelo juiz ou esteja, ou não, completa a documentação), o prazo prescricional de 5 anos para propositura da execução ou cumprimento de sentença conta-se a partir de 30/6/2017'.

10. Embargos de Declaração parcialmente providos, sem efeito infringente" (EDcl no REsp 1.821.422/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/10/2019, DJe 29/10/2019).

Ante o exposto, determino a remessa dos autos à Coordenadoria de Classificação de Processos Recursais para a redistribuição do feito a uma das Turmas integrantes da Primeira Seção.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator